



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 070

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE AGOSTO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 064ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
16 DE AGOSTO DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Barbosa Neto e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 020/2004

Curitiba, 10 de agosto de 2004.

Senhor Presidente:

Temos que a competência para propor projeto de lei perante a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná visando a obtenção de autorização legislativa destinada à

criação de sociedade de economia mista no âmbito estadual cabe privativamente ao Governador do Estado, senão vejamos:

1. Da Legitimidade

A matéria acerca da competência legislativa é tratada na Constituição Federal no artigo 61, cuja transcrição segue:

Art. 61 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimentos de cargos, estabilidade e aposentadoria;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no artigo 84, VI;

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

Tal dispositivo foi reafirmado na Constituição do Estado do Paraná, através dos artigos 65 e 66:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Cíveis e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

§ 1º - O Governador do Estado pode solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 2º - No caso do parágrafo 1º, se a Assembleia Legislativa não se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 3º - O prazo do parágrafo anterior não flui no período de recesso da Assembleia Legislativa, nem se aplica aos projetos de código, leis orgânicas e estatutos.

Assim, a Carta Magna não faz referência expressa sobre a iniciativa legislativa, específica para este caso, ser privativa do Governador do Estado do Paraná, eis que o artigo 65, IV da Constituição Estadual, faz menção tão somente a criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgão da administração pública.

Corolário, necessário se faz a definição precisa do termo “órgão da administração pública”, para fins de interpretação do dispositivo constitucional supra transcrito. Buscando-o no Direito Administrativo, temos que órgão

*São unidades abstratas que sintetizam os vários círculos de atribuições do Estado... abstratas (seres de razão), não têm nem vontade nem ação, no sentido de vida psíquica ou anímica próprias, que, estas, só os seres biológicos podem possuí-las. De fato, os órgãos não passam de simples repartições de atribuições, e nada mais.*¹

No entanto, a atividade administrativa pode ser prestada diretamente pelo Estado ou, no caso de descentralização, por outros sujeitos, transferindo-se o exercício das atividades que lhe são pertinentes a terceiros - particulares ou pessoas auxiliares criadas pelo próprio Estado para o desempenho das atividades que lhe são afetas.

Assim, a Administração Pública, em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto de funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade.²

No caso específico das sociedades de economia mista, estas são entidades paraestatais, criadas por lei, constituindo-se em instrumento de ação do Estado, auxiliar do Poder Público na execução dos misteres estatais.

Procedendo a interpretação construtiva, tem-se que o texto constitucional, ao se referir a “órgão”, o fez de forma abrangente, compreendendo o conjunto de funções

desempenhadas pela atividade administrativa direta ou indiretamente, não se subsumindo a repartição de atribuição da administração pública direta.

Portanto, em conformidade com o disposto no artigo 27, XVIII combinado com o artigo 66, IV da Constituição do Estado do Paraná, caberá ao Governador do Estado a iniciativa legislativa para criação de sociedade de economia mista, posto tratar-se de competência privativa do Poder Executivo.

Buscando fundamentação jurisprudencial, verificou-se que o Supremo Tribunal Federal, em recentes decisões sobre questões análogas, manifestou-se no sentido de que matérias afetadas a criação, estruturação e atribuição de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública são de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, uma vez que se relacionam com o desempenho da atividade administrativa:

A disciplina normativa pertinente ao processo de criação, estruturação a definição das atribuições dos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Estadual matéria que se insere, por efeito de sua natureza mesma, na esfera de exclusiva iniciativa do Chefe do Poder Executivo local, em face da cláusula de reserva inscrita no artigo 61, parágrafo primeiro, II e, da CF, que consagra princípio fundamental inteiramente aplicável aos Estados-membros em tema de processo legislativo. (STF - Pleno - ADIN n. 1.391-2/SP - Rel. Min. Celso de Mello, Diário de Justiça, Seção I, 28 de nov. 1997, p. 62.216).

Criação de órgão na administração pública. Iniciativa. Vício formal. Ao primeiro exame, exsurge vício de iniciativa quando o diploma legal teve origem na própria Assembleia e versa sobre a criação de órgão vinculado à Secretaria de Estado da Saúde. STF - Pleno - ADIN. n. 1.275/SP - Medida cautelar - Rel. Min. Marco Aurélio, Diário da Justiça, Seção I, 20 out. 1995, p. 35.256).

O Tribunal deferiu pedido de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, ajuizada pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, para suspender, até a decisão final da ação, a eficácia da Lei Estadual 11.456/2000, de iniciativa parlamentar, que cria o Museu do Gaúcho do Estado do Rio Grande do Sul, subordinado à Secretaria Estadual da Cultura. O Tribunal reconheceu, à primeira vista, a ofensa do artigo 61, parágrafo primeiro, II e, da CF, que confere ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa privativa das leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública. (STF - Pleno - ADIN n. 2.302/RS - Medida Cautelar - Rel. Min. Néri da Silveira, decisão: 2-5-2001. Informativo STF, n. 226).

Desta feita, resta demonstrado que somente o Governador do Estado - Chefe do Poder Executivo, tem legitimidade para iniciar o processo legislativo destinado à criação de sociedade de economia mista estatal, sob pena

1. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2001, p. 122.

2. MEIRELLES, Helly Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 63.

de vício formal insanável passível de declaração de inconstitucionalidade.

Nesse diapasão já decidiu o Supremo Tribunal Federal:

O desrespeito à prerrogativa de iniciar o processo de positivação do Direito, gerado pela usurpação do poder sujeito à cláusula de reserva, traduz vício jurídico de gravidade inquestionável, cuja ocorrência reflete típica hipótese de inconstitucionalidade formal, apta a informar, de modo irremissível, a própria integridade do ato legislativo eventualmente editado. (STF - Pleno - ADIN n. 1.391-2/SP - Rel. Min. Celso de Mello, Diário de Justiça, Seção I, 28 de nov. 1997, p. 62.216).

Declarada a inconstitucionalidade dos artigos 18 a 25 da Lei nº 159/91 do Distrito Federal. Em relação ao primeiro dispositivo - resultante de emenda parlamentar versando matéria estranha ao projeto de iniciativa do Poder Executivo -, o Tribunal acolheu alegação de ofensa ao artigo 61, parágrafo II, a e c, da CF, por entender que o legislador local se aproveitaria indevidamente do projeto governamental para contornar obstáculo da reserva de iniciativa prevista no citado artigo 61, parágrafo primeiro. Quanto ao segundo - que impunha ao Poder Executivo o dever de submeter à Câmara Legislativa, no prazo de 45 dias, projeto de lei reformulando tabelas de remuneração de diversas carreiras do serviço público - afirmou-se, também como base no parágrafo primeiro do artigo 61 da CF, a impossibilidade de o Legislativo fixar prazo para o exercício do poder de iniciativa do Chefe do Executivo. (STF - Pleno - ADIN n. 645/DF - Rel. Min. Ilmar Galvão, decisão > 11 - 11-1996. Informativo STF, n. 53).

Ademais, os Estados e Municípios estão vinculados à observância das regras do processo legislativo federal em relação à iniciativa privativa estabelecida na Constituição Federal:

As regras do processo administrativo federal, especialmente aquelas que dizem respeito a iniciativa reservada, são normas de observância obrigatória pelos Estados-membros. Precedentes do STF" (RTJ 163/957).

As regras básicas do processo legislativo federal são de absorção compulsória pelos Estados-membros em tudo aquilo que diga respeito - como ocorre às que enumeraram casos de iniciativa legislativa reservada - ao princípio fundamental de independência e harmonia dos poderes, como delineado na Constituição Federal da República. Essa orientação - malgrado circunscrita em princípio ao regime dos poderes constituídos do Estado-membro - é de aplicar-se em termos ao poder constituinte local, quando seu trato na Constituição Estadual traduza fraude ou obstrução antecipada ao jogo, na legislação ordinária, das regras básicas do processo legislativo, a exemplo da área de iniciativa reservada do executivo ou do judiciário: é o que se dá quando se eleva ao nível constitucional do Estado-membro assuntos miúdos do regime jurídico dos servidores públicos, sem correspondência no modelo constitucional federal, como

sucede, na espécie, com a equiparação em vencimentos e vantagens dos membros de uma carreira - a dos Procuradores Autárquicos - aos de outra - a dos Procuradores do Estado: é matéria atinente ao regime jurídico de servidores públicos, a ser tratada por lei de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo. (CF, artigo 61, parágrafo primeiro, II, c)" (STF - Pleno - ADIN n. 1.434-0/SP - Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Diário de Justiça, Seção I, 03 de fev. 2000, p. 3).

Não cabe, também à Constituição Estadual estabelecer norma que, se fosse materialmente válida, seria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. (STF - Pleno - ADIN n. 112-4/BA - Rel. Min. Néri da Silveira, Diário de Justiça, Seção I, 9 de fev. 1996, p. 2.102).

Lei Complementar. Disposição sobre vantagens do funcionalismo público. Vício de iniciativa. Lei cujo projeto foi de iniciativa de Vereador. Iniciativa que é da atribuição exclusiva do Prefeito Municipal. Ofensa aos artigos 5, 24, parágrafo segundo, n. 4, 47, inciso XI e 144, todos da Constituição Estadual. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente. (SJSP - Sessão Plenária - ADIN n. 38.282.0/9-00/SP; j. 15-4-1998; v.u.; ementa).

Assim, diante da argumentação acima colacionada, conclui-se que a iniciativa legislativa para a criação de sociedade de economia mista estadual é privativa do Governador do Estado em face do disposto no artigo 66, IV da Constituição Estadual, cujo desrespeito constitui-se em inconstitucionalidade formal.

2. Da Motivação

O crescimento industrial, bem como o gradativo aumento de consumo de energia imposto pela política de desenvolvimento atual, impõe ao governo estadual a responsabilidade de proceder ações que possibilitem atender a demanda futura, com vistas a obter elevada margem de segurança, conforto e bem estar para os paranaenses.

A aquisição do controle acionário das Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A - ELEJOR dará ao Estado o controle da operação comercial e exploração do potencial energético gerado, contribuindo efetivamente para o otimização do processo de geração de energia, possibilitando, desta feita, a expansão do fornecimento de energia e, conseqüentemente, a melhoria dos níveis de qualidade.

Acrescente-se, ainda, que a participação majoritária da COPEL ou sua subsidiária em ELEJOR possibilitará o bom desempenho das obrigações derivadas do contrato de concessão, uma vez que dispõe de recursos e habilidades suficientes para cumprir os misteres resultantes da concessão, sem olvidar acerca do interesse público inerente.

Somando-se aos fatos supra relatados, oportuno ressaltar que na conclusão dos trabalhos realizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito desta Casa Legislativa, sugeriu-se ser salutar que a participação acionária da

COPEL, nas parcerias mantidas como iniciativa privada se desse de forma majoritária.

Ao ensejo apresentamos a V. Exa. manifestações de apreço e consideração, com a certeza da aprovação da medida ora proposta.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos desta lei, a adquirir, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL ou subsidiária integral desta, o controle acionário da ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão.

§ 1º - O objeto social da ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão ficará restrito ao propósito específico de implantar, operar comercialmente e explorar o negócio e energia elétrica consistente na concessão para exploração dos potenciais de energia hidráulica do Complexo Energético Fundão-Santa Clara, localizado no Rio Jordão, a Usina Hidrelétrica Fundão nos Municípios de Foz do Jordão e Pinhã, às coordenadas 25°42'31" de latitude Sul e 51°59'53" de longitude Oeste e a Usina Hidrelétrica Santa Clara nos Municípios de Cândói e Pinhã, às coordenadas 25°38'52" de latitude Sul e 51°57'59" de longitude Oeste, bem como do respectivo sistema de transmissão associado, conforme contrato de concessão nº 125/2001, celebrado com a União por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

§ 2º - Com a aquisição do controle autorizada pelo *caput* deste artigo, a ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão convolar-se-á em sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação em vigor, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

§ 3º - A Companhia Paranaense de Energia - COPEL ou subsidiária integral desta, participará com o mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante.

§ 4º - No exercício do controle da ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL observará e fará cumprir o contrato de concessão nº 125/2001, por aquela celebrado com a União.

Art. 2º - A ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão será administrada na forma de seu Estatuto Social, que dispõe sobre a composição, organização, atribuições, competência e funcionamento dos órgãos de sua administração executiva, bem como dos acordos de acionistas depositados em sua sede.

Art. 3º - Fica a Companhia Paranaense de Energia - COPEL ou subsidiária integral autorizada a alocar à

ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão, na forma da lei, os recursos humanos e materiais necessários ao desempenho do objeto social desta.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 021/2004

Curitiba, 11 de agosto de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por esta augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que o Poder Executivo fica autorizado, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Investimentos S.A., com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.428, de 14 de junho de 1996.

O plano de lei ora proposto consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda, os quais me foram apresentados pelo Titular daquela Pasta, por intermédio de Ofício sob nº 121/2004/SEFA, contendo a justificativa adiante transcrita, onde ficam demonstrados, com o necessário detalhamento, os aspectos de conveniência e oportunidade de que se reveste a medida:

“O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a extinção da empresa Paraná Investimentos S.A., cuja constituição se deu em 21.06.1996, com amparo na Lei Estadual nº 11.428, de 14 de junho de 1996.

A referida empresa visava dotar o Estado do Paraná de instrumento capaz de gerar recursos adicionais para alavancar investimentos públicos no território paranaense, sem provocar endividamento adicional, valendo-se para tanto, de parte do patrimônio estadual constituído por ações de empresas, realizando, desta forma, operações restritas a utilização de parte das ações de emissão da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Entretanto, em face das determinações legais contidas, em especial, nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional, nº 2.515, de 29.06.1998, nº 2.827, de 30.03.2001 e nº 2.920, de 26.12.2001, assim como na Resolução nº 43, de 21.12.2001, do Senado Federal, a empresa não vem cumprindo com o objetivo para a qual foi criada.

As mencionadas normas estabelecem, dentre outros, limites de crédito para o setor público, o contingenciamento de crédito a entes públicos, a ser observado pelas instituições financeiras autorizadas no País e o direcionamento na aplicação dos recursos externos captados pelo setor público.

Como consequência, a observância da citada legislação torna praticamente inviável a realização de novas operações de crédito por sociedade de economia mista como a Paraná Investimentos S.A.

Ademais, a realização de operações para a captação de recursos ao Tesouro do Estado, através de empresas controladas, encontra restrições consoante o contido no artigo 37 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, tornando vedada a adoção da alternativa de captação anteriormente utilizada.

Não obstante, a situação da empresa caracteriza perda de objeto, uma vez que necessita deter ações em seu poder e, o Estado do Paraná não mais possui tais ativos disponíveis, passíveis de alienação ou constituição de garantia, capaz de gerar valor significativo diante da necessidade de recursos aos investimentos no Estado.

O atual Governo Estadual não pretende onerar suas participações acionárias, de maneira que possa comprometer a condução das empresas por ele controladas. Mesmo que admitida à hipótese de utilização das ações passíveis de alienação, o estoque atualmente detido pelo Estado não justifica mais a manutenção da Paraná Investimentos S.A., uma vez que pode eventualmente ser realizado diretamente pelo Estado.

Face ao exposto, justifica-se a adoção da medida proposta, cabendo ainda menção de que, a sua implementação, não acarretará na realização de despesas financeiras pelo Tesouro do Estado.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Investimentos S.A., com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.428, de 14 de junho de 1996.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às adaptações societárias prévias e ajustes orçamentários decorrentes da implementação da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 022/2004

Curitiba, 11 de agosto de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que o Poder Executivo fica autorizado, nos termos da Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Desen-

volvimento S.A., com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.742, de 19 de junho de 1997.

O plano de lei ora proposto consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda, os quais me foram apresentados pelo titular daquela Pasta, por intermédio de Ofício sob nº 121/2004/SEFA, contendo a justificativa adiante transcrita, onde ficam demonstrados, com o necessário detalhamento, os aspectos de conveniência e oportunidade de que se reveste a medida:

“O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a extinção da empresa Paraná Desenvolvimento S.A., cuja constituição se deu em 07.05.1998, com amparo na Lei Estadual nº 11.742, de 19 de junho de 1997.

A referida empresa deveria ter por finalidade a participação acionária em outras sociedades em fase de instalação ou de expansão no território paranaense, desde que necessárias à implantação de projetos de interesse para o desenvolvimento econômico do Estado do Paraná, constituindo-se assim, num instrumento adicional ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, que sob a forma de sociedade por ações, poderia captar recursos junto ao mercado financeiro, através de emissão de debêntures e demais títulos autorizados pela legislação atinente às sociedades anônimas.

A mencionada lei que autorizou a citada empresa, define o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, como seu acionista majoritário. Dentre os investimentos detidos pelo Fundo, encontra-se em participação acionária na Empresa Renault do Brasil Automóveis S.A., tão somente em ações preferenciais nominativas, porém, por ocasião da Assembléia de Constituição da Paraná Desenvolvimento S.A., o representante do FDE erroneamente subscreveu R\$79.450.000,00 de capital social, com ações ordinárias da Renault.

Apesar do erro material citado sequer ter sido observado e em tempo de ser retificado, a empresa em questão nunca realizou qualquer operação, pois, conforme aqui mencionado, pretendia-se captar recursos no mercado de capitais através de instrumentos financeiros lastreados nas ações da Renault e sobre estas havia inúmeras restrições para sua utilização, em face de acordo de acionistas celebrado entre o Estado do Paraná e aquela empresa de automóveis.

Não obstante ao acima exposto e a inatividade observada, vale dizer, pela não consecução da atividade empresarial para a qual foi constituída, a extinção ora proposta fundamenta-se também no interesse do acionista majoritário em interromper a sua obrigação de integralização de capital de sociedade inviável. É inviável, pois, em primeiro lugar, ela não é ou será capaz de gerar lucros e compensar proporcionalmente seus acionistas.

Em segundo, o atual Governo do Estado não pretende onerar suas participações acionárias, em especial, quando constitui flagrante dilapidação de patrimônio público. No caso, o Tesouro Estadual destinou, entre 1996 e 1997, recursos na ordem de R\$136 milhões, para

compor toda participação acionária do Estado na Renault, porém, tendo em vista que o empreendimento da Renault no Brasil, ainda não atingiu a maturação devida, tal participação acionária, considerando o valor patrimonial da companhia, corresponde atualmente a um valor absolutamente insignificante diante do aportado.

Portanto, não configura a Paraná Desenvolvimento S.A. como empresa próspera e, sua dissolução e consequente extinção não contrariam os interesses dos acionistas nem o interesse público contido na atividade empresarial eventualmente por ela exercida. Aliás, pelo que se apresenta, a sua manutenção é que contraria tanto aos acionistas como ao interesse público.

Ademais, verifica-se a impossibilidade de consecução de objeto em face dos impedimentos advindos das determinações legais contidas, em especial, nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional, nº 2515, de 29.06.1998, nº 2827, de 30.03.2001 e nº 2920, de 26.12.2001, assim como na Resolução nº 43, de 21.12.2001, do Senado Federal.

As mencionadas normas estabelecem, dentre outros, limites de crédito para o setor público, o contingenciamento de crédito a entes públicos, a ser observado pelas instituições financeiras autorizadas no País e o direcionamento na aplicação dos recursos externos captados pelo setor público.

Como consequência, a observância da citada legislação torna praticamente inviável a realização de novas operações de crédito por sociedades de economia mista como a Paraná Desenvolvimento S.A.

Face ao exposto, justifica-se a adoção da medida proposta, cabendo ainda menção de que, a sua implementação, poderá acarretar em desembolso pelo Tesouro do Estado, para a realização de despesas referentes a publicações legais, fiscais e demais inerentes ao processo de extinção da empresa que ora estima-se em R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos da Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores, a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Desenvolvimento S.A., com sede em Curitiba, constituída através da Lei nº 11.742, de 19 de junho de 1997.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes societários prévios assim somo, assumir eventuais bens, direitos e obrigações decorrentes da implementação da presente lei.

Parágrafo Único - Para o atendimento ao contido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ao Orçamento Geral do Estado, utilizando como recursos as formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o nº 0101/2004, do Sr. Remígio Todeschini, Secretário de Políticas Públicas de Emprego, comunicando convênio celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o Governo do Estado do Paraná, objetivando a execução de ações integradas de Qualificação Social e Profissional e do Programa Seguro-Desemprego.
Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº CTL/CC 159/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 503/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 160/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 123/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/CC 161 a 167/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

188/2004: De autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza a doação dos lotes que especifica à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, o qual foi convertido em Lei nº 14.492. **Anote-se - Arquite-se.**

585/2003: De autoria da Deputada Arlete Caramês, que assegura procedimentos para a imediata busca de pessoas de 0 a 16 anos ou de qualquer idade se portadora de deficiência, quando noticiado seu desaparecimento, o qual foi convertido em Lei nº 14.493. **Anote-se - Arquite-se.**

360/2003: De autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre emissão de receitas médicas contendo o nome genérico do medicamento, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.494. **Anote-se - Arquite-se.**

153/2004: De autoria do Deputado Marcos Isfer, que institui o Dia da Comunidade Árabe, a ser comemorado anualmente no dia 11 de novembro, o qual foi convertido em Lei nº 14.495. **Anote-se - Arquite-se.**

196/2004: De autoria do Deputado Felipe Lucas, que institui o Dia da Comunidade Ucraniana, a ser

comemorado no dia 24 de agosto de cada ano, o qual foi convertido em Lei nº 14.496. **Anote-se - Arquivo-se.**

201/2004: De autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de interesse turístico estadual, o 28º Travel Mart Latin América, a realizar-se no Município de Foz do Iguaçu, entre 29 de setembro a 04 de outubro de 2004, o qual foi convertido em Lei nº 14.497. **Anote-se - Arquivo-se.**

210/2004: De autoria do Deputado Hermes Fonseca, que denomina de Engenheiro Carlos Alberto de Camargo Coelho o trecho da PR-420, entre Agudos do Sul - divisa Paraná/Santa Catarina, o qual foi convertido em Lei nº 14.498. **Anote-se - Arquivo-se.**

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 025/2004

Exmo Sr. Secretário de Estado da Saúde e Exmo Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

O Deputado Carlos Simões se dirige a V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

O Governo do Estado do Paraná deverá, com urgência, utilizar todos os recursos ecológicos para controlar e eliminar uma praga ambiental que está ocorrendo no litoral paranaense: a proliferação do caramujo africano *Achatina Fulica*.

A utilização de moluscicidas não é recomendada, devido à sua alta toxicidade. A melhor forma de controle e erradicação dos caramujos africanos (*Achatina Fulica*) é as catações manuais, seguida de destruição por incineração ou água fervendo. Estes cuidados são necessários porque os caramujos podem sobreviver se simplesmente descartados no lixo ou jogados em rios. É aconselhável usar luvas ou proteger as mãos com sacos plásticos ao manipulá-los.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Há anos o litoral paranaense está sofrendo com um possível desastre ecológico. Existe um caramujo africano que está pesteando nosso litoral. Uma pesquisa realizada pelo Departamento de Malacologia do Instituto Oswaldo Cruz diz que o *Achatina Fulica*, como é chamado cientificamente o caramujo africano, foi introduzido no País em substituição ao escargot na década de 1980.

O fracasso das tentativas de comercialização levou os criadores, por irresponsabilidade ou desinformação, a soltar os caramujos no ambiente silvestre. Como se reproduzem rapidamente e não possui predadores naturais no Brasil está competindo com a fauna nativa e pode causar desequilíbrio ecológico. O molusco pode transmitir a “angiostrongilíase” que se manifesta com meningite asiática ou com lesão abdominal.

A ocorrência em quantidades alarmantes do molusco gigante africano *Achatina Fulica* no litoral paranaense está chegando agora na área de proteção ambiental de Guaraqueçaba, que abrange as Ilhas de Superagüi, Peças e Ilha Rosa, está preocupando a população e pesquisadores.

A resistência do molusco africano e o fato de se reproduzir em larga escala, botando mais de 200 ovos por vez, permitiu que a espécie tivesse sucesso na região. Outra preocupação dos pesquisadores, estudantes de biologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, é que o caramujo invasor, muito mais resistente que o molusco gigante brasileiro *Megalobulimus*, conhecido como aruá-do-mato, possa estar sendo eliminado pela competição de espaço e alimento.

Esses caramujos africanos podem transmitir a doença chamada de angiostrongilíase, causada por verme nematódeo, que tem como hospedeiro definitivo o rato e intermediário o molusco. Alimentando-se de fezes de rato, o molusco incorpora o parasita, que é passado para o rato novamente, quando ele se alimenta do molusco contaminado. Sem querer, as pessoas entram no ciclo no lugar do rato, quando come ou tem contato com o muco do molusco contaminado.

Existe duas formas da doença, uma que causa a meningite comum na Ásia - não há casos ainda conhecidos no Brasil -, e outra causa lesão abdominal, com registros no Brasil.

Além da questão ambiental e da saúde humana e animal, esses caramujos são também considerados pragas agrícolas, pois se alimentam vorazmente de vários tipos de plantas ornamentais e de culturas de subsistência.

Quanto à criação do caramujo africano visando à comercialização, em vários países este tipo de malacocultura é terminalmente proibido. No Brasil, a Sociedade Brasileira de Malacologia (SBMa) solicitou providências para o controle dos animais ao Ministério da Agricultura e Abastecimento e teve como resultado o Parecer 003/2003 publicado pelo IBAMA e pelo Ministério da Agricultura em 2003, que considera ilegal a criação de caramujos africanos no País, determina a erradicação da espécie e prevê a notificação dos produtores sobre a ilegalidade da atividade. Este parecer vem reforçar a Portaria 102/98 do IBAMA, de 1998, que regulamenta os criadouros de fauna exótica para fins comerciais com estabelecimento de modelos de criação e exigência de registro dos criadouros junto ao IBAMA.

A intenção desta indicação é fazer com que o Estado do Paraná venha fazer um esforço para acabar com o molusco, que veio de uma forma criminoso para nosso litoral, e fazer com que o molusco brasileiro possa se reproduzir com mais eficiência não causando nenhum impacto ambiental.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico que na condição de Vice-Líder da Bancada do PPS com acento nesta Casa de Leis, indico o ilustre Deputado Marcos Isfer, para compor como titular a CEI para investigar e apurar denúncias de irregularidades praticadas pelas OSCIPs e ONGs no Paraná.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) MARCOS ISFER
Vice-Líder do PPS

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico que na condição de Líder da Bancada do PSDB com acento nesta Casa de Leis, indico o ilustre Deputado Ademar Traiano, para compor como titular a CEI para investigar e apurar denúncias de irregularidades praticadas pelas OSCIPs e ONGs no Paraná.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) Ademar Traiano
Líder do PSDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico que na condição de Líder da Bancada do PFL com acento nesta Casa de Leis, indico o ilustre Deputado Durval Amaral, para compor como titular a CEI para investigar e apurar denúncias de irregularidades praticadas pelas OSCIPs e ONGs no Paraná.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido do Movimento Brasileiro - PMDB, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem INDICAR os Deputados Estaduais Delegado Bradock e Antonio Anibelli como titulares, e suplentes os Deputados Ademir Bier e Alexandre Curi, respectivamente, para comporem a Comissão Especial de Investigação para investigar OSCIPs e ONGs.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI
Líder do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1375

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1379

Senhor Presidente:

Ângelo Carlos Vanhoni, brasileiro, Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores, em pleno exercício de seu mandato parlamentar, vem respeitosamente à presença de V. Exa., com fundamento no artigo 65 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, REQUERER licença sem vencimentos (para o trato de assuntos particulares), para fins de disputa da Prefeitura Municipal de Curitiba, consoante os seguintes fatos e fundamentos de direito:

1) conforme público e notório, o requerente é candidato a Prefeito Municipal de Curitiba pela coligação “Tá na Hora, Curitiba!”, formada pelo PT - PMDB - PTB - PCdoB - PCB - PSC, e atualmente teve a sua candidatura já deferida pelo Juízo Eleitoral competente. Está, portanto, em pleno exercício da sua capacidade de sufrágio passivo, no período eleitoral nos termos do artigo 36 da Lei 9504/97.

2) Conforme princípio republicano universal, reconhecido na legislação brasileira pela alínea “I” do inciso II do artigo 1º da Lei Complementar nº 64/90, aos servidores públicos (*lato sensu* - enquadráveis os agentes políticos nesse conceito) em disputa eleitoral é conferido o direito subjetivo de licenciarem-se de seus cargos para dedicar-se à campanha eleitoral, evitando tanto o candidato - que está vinculado a Administração Pública - use em favor da candidatura o cargo que desempenha, quanto que seja prejudicado por tal condição em sua campanha.

Ou seja, é evidente que ao requerente assiste direito subjetivo de ver-se licenciado do exercício de seu mandato parlamentar, para a regular disputa de cargo eletivo, inclusive mantendo a remuneração que normalmente perceberia no exercício regular do mandato. Entretanto, pretende o requerente seu licenciamento nos termos do artigo 65 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná - categoria de licença para fins de trato de assuntos particulares - que determina o licenciamento sem qualquer remuneração. É o que expressamente se requer, desde a data de hoje, na forma do requerimento final.

3) Não obstante, informa o requerente que tal licença somente é requerida para fins de disputa do pleito majoritário em Curitiba. Nesse sentido, tão logo encerrada a disputa eleitoral - 1 turno em 03 de outubro e, se houver 2º turno em 31 de outubro de 2004 - o requerente reassumirá integralmente o exercício de seu mandato parlamentar. Assim, como da data de hoje - 12 de agosto de 2004 - até a última data possível do afastamento - 31 de outubro de 2004 - não transcorrerão mais que 120 dias, nos termos do artigo 76 do Regimento Interno não haverá necessidade de convocação de suplente.

Do Requerimento final

Pelo Exposto, o Deputado abaixo subscrito REQUER sua licença para tratos de assuntos particulares

- artigo 65 do Regimento Interno, portanto sem remuneração - para fins de dedicação integral à disputa eleitoral de Curitiba, nos termos acima fixados, sem a necessidade de convocação de suplente, a partir da data de hoje e até o final da disputa eleitoral majoritária da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1364

Senhor Presidente:

O Bloco Parlamentar Agropecuário, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja aprovada a realização de audiência pública sobre o Processo de Classificação e Recebimento o Fumo, juntamente com a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, para discutir os problemas e soluções possíveis. O referido evento, se aprovado por este Plenário, acontecerá no próximo dia 30 de agosto, às 8h30, no plenarinho desta Casa.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

REQUERIMENTO Nº 1378

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Porto de Paranaguá, cumprindo a deliberação da maioria dos membros da CPI, REQUER a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão, dilatando-os em 60 (sessenta) dias, na conformidade do parágrafo 3º, do artigo 36 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Requer, ainda, a suspensão do referido prazo de vigência, durante o período compreendido entre 24 de agosto a 06 de outubro do corrente, voltando a CPI às atividades a partir do dia 07 de outubro, finalizando os trabalhos em 05 de dezembro de 2004.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(aa) VALDIR ROSSONI

Presidente da CPI do Porto de Paranaguá

ALEXANDRE CURI

Relator da CPI do Porto de Paranaguá

REQUERIMENTO Nº 1361

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de profundo pesar à família Oliveira, pelo falecimento do Sr. Romildo de Oliveira, ocorrido no dia 10 do corrente mês, no Município de Guaraniáçu / PR.

Requer, ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, Sra. Gonçalves de Oliveira, enviando correspondência à Rua Rio Grande do Sul, 182 - CEP 85400-000 - Guaraniáçu / PR.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Romildo de Oliveira, faleceu aos 47 anos, na Cidade de Guaraniáçu.

Nascido em 13/10/57, em Joaçaba / SC, transferiu-se para o Município de Guaraniáçu, onde residiu durante aproximadamente 20 anos.

Como funcionário público, prestou significativa contribuição para o desenvolvimento econômico daquele Município.

Seu passamento causou consternação à população guaraniáçuense, onde conquistou grandes amizades, deixando em todos dor e saudade irreparáveis.

Sabemos que a morte é um dos grandes mistérios de toda a nossa existência. Entretanto, cremos que a vida não cessa, e a morte para os cristãos, significa o recomeço de uma nova vida, ao encontro com Deus, em sua morada divina.

É a nossa fé que nos acalenta a alma, quando nos separamos de um ente querido.

Dessa forma, rogamos a Deus que proporcione todo o conforto necessário à família, neste momento tão difícil.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de enviar à família enlutada, sinceros votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 1359

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Prof. Dr. Eduardo Judas Barros pelos 19 anos de existência do Núcleo de Estudos Afro-asiáticos da Universidade Estadual de Londrina.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1360

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Iate Clube de Londrina, representado pelo seu Presidente Silvio Sernache de Freitas Comodoro, em aos seus 46 anos de existência.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1370

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais da presente Sessão, de

voto de congratulações ao engenheiro agrônomo, Ágide Meneguette, pelo recebimento do Título de Cidadão Benemérito de Maringá, por proposição do Vereador Walter Guerles.

Em Sessão Solene, o Presidente da Câmara Municipal de Maringá, Vereador João Alves Correa, o Prefeito Municipal, João Ivo Caleffi e o Vereador Walter Guerles, outorgaram o Título de Cidadão Benemérito de Maringá, ao engenheiro agrônomo Ágide Meneguetti, no último dia 13 de agosto, pelos relevantes serviços prestados à comunidade maringaense.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O engenheiro agrônomo e empresário, Ágide Meneguette, natural de Maringá, é Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Presidente do Conselho Administrativo do SENAR/Paraná, Vice-Presidente do Conselho Administrativo do SEBRAE/Paraná, membro do Conselho Deliberativo da Política Industrial e Comercial do Paraná, membro do Conselho Consultivo de Política Agrícola e Abastecimento do Paraná e Diretor-Superintendente da Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.

Ágide Meneguette, juntamente com a família, comanda o maior grupo sucro-alcooleiro do sul do País - a usina de Açúcar de Santa Terezinha - USAÇÚCAR - que gera 9000 (nove mil) empregos diretos no corte de cana, segmento industrial e demais áreas do setor sucro-alcooleiro.

Esta empresa genuinamente maringaense, também contribui diretamente para tornar produtivas e rentáveis grandes extensões de terras. Se não fosse a usina Santa Terezinha, o índice de desemprego seria muito maior e muitas terras continuariam improdutivas em dezenas de outras localidades do arenito-caiua.

Ágide Meneguette mantém forte compromisso com a região e com milhares de produtores e trabalhadores rurais que recebem desenvolvimento profissional e alcançam melhor qualidade de vida, por meio de mais de uma centena de cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, onde é Presidente do Conselho Administrativo.

O Título de Cidadão Benemérito de Maringá a Ágide Meneguette, simboliza o justo reconhecimento à família Meneguette pelo bem que ela faz a milhares e milhares de paranaenses, pela geração de empregos, preservação ambiental e geração de tributos transformados em bens locais.

O talento e empreendimento do maringaense Ágide Meneguette merecem o orgulho e o reconhecimento de toda comunidade do Paraná e do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 1358-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER ao Exmo. Secretário da Segurança Pública, Dr. Fernando Ferreira Delazari, uma operação policial especial na

região dos Bairros Capão da Imbuia e Cajuru, com destaque nas Ruas Antonio Olívio Rodrigues e Delegado Leopoldo Belzack e inclusive Colégios República do Uruguai e Maria Aguiar Teixeira, incluindo-se antecipadamente um processo investigatório da origem dos marginais que atacam esses locais, e conseqüentemente uma operação de prisão de tais marginais que estão deixando a região em condições de verdadeiro pânico.

A propósito estamos anexando requerimento do Presidente da Associação dos Moradores do Cajuru Remanescente, juntamente com abaixo-assinado de 1.336 assinaturas dos moradores da referida região.

Requer, outrossim, que seja enviado cópia do expediente ao Presidente da Associação dos Moradores do Cajuru Remanescente, Sr. Aroldo Zella, residente na Rua São Tiago, 166 - CEP: 82.900-160, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1367

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comandante da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Loteamento Cavalim - Bairro Bom Jesus - Município de Campo Largo. Os moradores não aguentam mais a violência, atos de vandalismo, assaltos e depredação dos bens públicos (lâmpadas, telefone, etc), bem como os apedrejamentos das casas, que ocorrem dia e noite.

A situação é crítica e necessita de policiamento urgente.

A presença de policiais certamente inibirá a ação dos assaltantes e proporcionará maior segurança para os moradores, comerciantes e comunidade em geral.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1368

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comandante da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua São José dos Pinhais - Bairro Novo A - Sítio Cercado. Existe uma grande falta de segurança no local e como há vários pontos comerciais nessa rua, os vândalos agem livremente quebrando relógios de água, janelas e portas. A situação é crítica e necessita de policiamento urgente.

A presença de policiais certamente inibirá a ação dos assaltantes e proporcionará maior segurança para os moradores, comerciantes e comunidade em geral.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1369

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comandante da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Centro de Curitiba, principalmente na região localizada nas proximidades das Ruas Visconde do Rio Branco e Comendador Araújo, onde ocorrem assaltos freqüentemente.

A presença de policiais certamente inibirá a ação dos assaltantes e proporcionará maior segurança para os moradores e comunidade em geral.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 303/2004**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Dedé Mocellin, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Dedé Mocellin, com sede e foro nesta Capital, entidade sem fins lucrativos, de interesse comunitário, tem realizado maravilhoso serviço de prestar atendimento gratuito à criança e ao adolescente em situação de risco pessoal e social, em especial àquelas que sobrevivem da coleta de material reciclável.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 304/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores de Aurora do Iguaçu, com sede no Distrito de Aurora do Iguaçu, Município e foro de São Miguel do Iguaçu, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares.

Honrosamente submeto à apreciação de V. Exa. o projeto de lei em anexo, que objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores de Aurora do Iguaçu, existente na sede distrital de Aurora do Iguaçu, Município de São Miguel do Iguaçu, neste Estado. A associação sem fins lucrativos, tem a finalidade de incentivar a participação ativa da comunidade na busca dos direitos e interesses comuns e na solução de problemas comunitários.

Considerando os objetivos dessa Associação na tutela do interesse coletivo e comunitário de seus moradores e associados, é que conclamo aos ilustres pares o apoio e a aprovação à presente proposição de lei.

PROJETO DE LEI Nº 305/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica estabelecida a isenção de cobrança de taxa para emissão do Boletim de Ocorrência pelo Departamento de Trânsito do Estado do Paraná em caso de acidentes de trânsito com vítimas.

Art. 2º - A isenção de que trata esta lei somente incide em favor das vítimas que declarem pretender a concessão do benefício de auxílio acidentário perante o Instituto Nacional da Seguridade Social.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como Casa única do Legislativo Estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal no trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicados de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”¹

O presente projeto visa isentar os cidadãos paranaenses da cobrança de taxa pelo Departamento de Trânsito do Estado do Paraná para emissão de Boletim de Ocorrência em caso de acidentes de trânsito com vítimas que necessitam de benefício acidentário pago pelo Instituto Nacional da Seguridade Social.

O Boletim de Ocorrência emitido pelo Departamento de Trânsito do Paraná é documento a ser obrigatoriamente apresentado por todos os cidadãos, vítimas de acidentes de trânsito, para instrução do pedido de benefício acidentário perante o INSS.

É evidente que o valor cobrado pelo DETRAN para emissão do Boletim de ocorrência, é, para um cidadão que necessita deste auxílio previdenciário, imprescindível para seu sustento, visto que em um país como o Brasil onde famílias inteiras sobrevivem tendo como base o salário mínimo, o valor de R\$ 32,47 (trinta e dois reais e quarenta e sete centavos) cobrado pelo DETRAN equivale a aproximadamente 13% (treze por cento) do salário mínimo, acarretando, comprometendo, nessas hipóteses, parcela substancial do orçamento familiar.

Em suma, este projeto de lei tem como escopo propiciar aos cidadãos paranaenses a garantia de obter o Boletim de Ocorrência perante o DETRAN sem obstáculos financeiros para o requerimento de benefício previdenciário.

PROJETO DE LEI Nº 306/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos administrativos e na execução dos atos e diligências em que figure como requerente ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

Art. 2º - O interessado na obtenção da prioridade prevista no artigo anterior, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade administrativa competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas.

§ 1º - Os autos dos processos e diligências tratados por esta lei serão identificados com etiquetas afixadas na capa, de cor avermelhada, nas quais constará a seguinte frase: "Prioridade na tramitação. Processo de interesse de idoso".

§ 2º - A prova de idade será realizada mediante a juntada de cópia similar de qualquer documento de identificação expedido por órgão oficial.

Art. 3º - A prioridade não cessará com a morte do beneficiário, estendendo-se em favor do cônjuge

supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, desde que também seja maior de 60 (sessenta) anos.

Art. 4º - Para o atendimento prioritário será garantido ao idoso o fácil acesso aos assentos e postos de atendimento de sua necessidade, identificados com a destinação a idosos em local visível e caracteres legíveis.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário,
Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como Casa única do Legislativo Estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal no trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicados de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que "a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca." ¹

O presente projeto visa garantir a prioridade dos idosos na tramitação dos processos administrativos. Tal medida funda-se na necessidade de garantir aos idosos o pleno exercício dos direitos inerentes à cidadania.

O próprio Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, prevê a prioridade na justiça aos idosos acima de 60 anos, limitando-se contudo a garanti-la na tramitação dos processos e procedimentos dos atos e diligências judiciais nos quais eles figurem como intervenientes.

É nessa hora que nós legisladores, visando proporcionar aos idosos paranaenses um processo administrativo mais eficaz, temos que conceder a garantia na prioridade em certos procedimentos aos idosos neste Estado.

É de conhecimento público que um processo administrativo pode se prolongar por anos, o que culmina

1. STF. ADIN 724 - 6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, seção I, 27, abr. 2001, p. 56/57.

1. STF. Pleno. ADIN 724 - 6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, seção I, 27, abr. 2001, p. 56/57.

por esvaziar sua eficácia para pessoas de idade mais avançada, visto que quando se chega nesta fase da vida, o que anteriormente parecia ser mera rotina pode transformar-se em árduo obstáculo, o que leva muitos à desistência de tal procedimento, sufragando a ocorrência de arrematada injustiça social.

Desta forma, a prática processual administrativa, que demanda às vezes muito mais tempo do que a judiciária, deve ser agilizada, visando proporcionar tratamento de mais atenção e humanidade aos idosos paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 307/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As casas agropecuárias, casas de rações e pet shop que vendem, em seu estabelecimento, medicamentos e vacinas terão, obrigatoriamente, a assistência do médico veterinário responsável, inscrito no Conselho Regional de Medicina Veterinária, na forma da lei.

§ 1º - A presença do médico veterinário responsável será obrigatória durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento.

§ 2º - Os estabelecimentos de que trata este artigo poderão manter médico veterinário responsável substituto, para os casos de impedimento ou ausência do titular.

Art. 2º - A responsabilidade técnica do estabelecimento será comprovada por declaração de firma individual, pelos estatutos ou contrato social, ou pelo contrato de trabalho do profissional responsável.

§ 1º - Cessada a assistência técnica pelo término ou alteração da declaração de firma individual, contrato social ou estatuto da pessoa jurídica ou pela rescisão do contrato de trabalho, o profissional responderá pelos atos praticados durante o período em que deu assistência ao estabelecimento.

§ 2º - A responsabilidade referida no parágrafo anterior subsistirá pelo prazo de um ano a contar da data em que o sócio ou empregado cesse o vínculo com a empresa.

Art. 3º - Somente será permitido o funcionamento de casas agropecuárias, casas de rações e pet shop sem assistência do médico veterinário responsável ou de seu substituto, pelo prazo de até trinta dias, período em que não podem ser vendidos medicamentos e vacinas.

Art. 4º - A comercialização de vacinas para pequenos animais (cães e gatos) só poderá ser feita em consultório, clínica ou hospitais com o devido acompanhamento do médico veterinário.

Art. 5º - A cada médico veterinário será permitido exercer a direção técnica de, no máximo, duas casas agropecuárias ou casa de rações ou pet shop.

§ 1º - O médico veterinário não poderá atuar como clínico durante o período em que estiver no estabelecimento como responsável.

Art. 6º - Em caso de descumprimento do previsto nesta lei, deverá a autoridade competente aplicar ao estabelecimento multa.

§ 1º - A denúncia pode ser feita por qualquer médico veterinário inscrito no Conselho Regional de Medicina Veterinária, em uma delegacia mais próxima ou no próprio conselho.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.08.2004.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei é necessário, pois se torna obrigatório, em casas agropecuárias e/ou similares, a presença de um médico veterinário para orientação profissional adequada, garantindo a legitimidade na prescrição do medicamento ou vacina vendidos.

O acompanhamento do médico veterinário é essencial para que sejam diagnosticadas doenças e prescrito o medicamento correto. O atendente não tem o conhecimento suficiente para orientar de forma correta o cliente, indicando o medicamento ou vacina sem nenhuma análise clínica do animal.

As vacinas vendidas em casas agropecuárias e/ou similares normalmente são acondicionadas de modo inadequado. A conservação deve ser feita em temperaturas constante podendo perder a eficiência se houver variação térmica. A presença do médico veterinário em casas agropecuárias proporcionará um controle na qualidade e eficiência das vacinas e medicamento, de uso animal, produzidos e vendidos no Brasil.

O grande problema, com relação à venda de medicamentos ou vacinas em casas agropecuárias e/ou similares, é a venda de produtos que tragam riscos à saúde humana: hormônios, inseticidas, anabolizantes, tranquilizantes, antibióticos, endo e ectoparasiticidas, anestésicos. Esses produtos podem ser comprados sem receita médica e usados em seres humanos, podendo causar sérios riscos à saúde.

Este projeto de lei poderá tornar a vacinas de animais ética, ou sejam, estando no poder do médico veterinário poderá trazer melhores resultados na utilização e conservação das vacinas (eficácia e eficiência) e no controle das Zoonoses, doenças dos animais que podem ser transmitidas ao homem. Um exemplo de Zoonose é a leptospirose (doença do rato) onde os bovinos, suínos, ovinos, caprinos, cães e gatos, assim como alguns animais silvestres podem contrair a doença através da urina de animais doentes contendo leptospiros que contaminam o

meio ambiente através da água, sendo os ratos os portadores, mas não adoecem. Entre outras Zoonoses estão a Doença de Creutzfeld (vaca louca), a Badesiose ou Piroplamose (doença do carrapato), Tifo, Peste, etc.

Há necessidade de consultar um médico veterinário, no caso de doença animal ou um médico, sempre que se suspeitar de doenças adquiridas de um animal.

Neste sentido, conclamo a todos os nobres pares, para apoiar a proposta que ora apresentamos e assim contribuir para melhorar a saúde pública de nosso Estado e proporcionar a geração de novos empregos.

O SR. André Vargas (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, queremos saudar as crianças do 3º ano da Escola Trilhas da Professora Marita, que vieram nos visitar. Estão desde cedo conosco, almoçamos juntos; estiveram no Palácio Iguazu, e agora vieram presentear a nossa Sessão, com a sua presença.

No processo de votação desta Casa, teremos aqui uma justa homenagem à Santa Casa de Misericórdia de Maringá. Será uma primeira fase com o Irmão Daniel, que muito nos honra com a sua presença. E também teremos de explicar às crianças alguns projetos que tratam de assuntos importantes.

Então, a cada projeto - não sei se estarão conosco até o final da Sessão - estaremos esclarecendo do que se trata, para que elas possam, de forma pedagógica, aprender que o processo legislativo é um aprendizado da democracia, e agora há pouco o nosso Presidente Hermas Brandão - que foi junto conosco e o Deputado Neivo Beraldin, inquirido pelas crianças, questionado por vários temas, relatou-nos uma experiência sua, que esteve aqui com doze anos de idade, com o seu pai, vereador, e que no prédio velho ainda, disse que um dia aqui estaria, e aqui está hoje na Presidência da Casa. Isso certamente acontecerá com as crianças que nos visitam, participando da vida da nossa comunidade.

Era isso, Sr. Presidente, agradecemos a professora Marita, à direção da escola e esse é um aprendizado fundamental e nós todos, Deputados, estamos sempre incentivando esse comparecimento, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Esse Parlamento hoje presta uma homenagem toda especial ao Irmão Daniel, que é Presidente da Santa Casa de Maringá, por proposição da Deputada Cida Borghetti, que fará, em nome dos Parlamentares, uma saudação ao nosso homenageado, Irmão Daniel.

Com a palavra, a Deputada Cida Borghetti.

A SR. CIDA BORGHETTI

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Herma Brandão, 1º Secretário da Assembleia Legislativa, Deputado Barbosa Neto; 2º Secretário da Assembleia Legislativa, Deputado Neivo Beraldin; nobres Deputadas, nobres colegas Deputados, imprensa, convidados, também membros de várias Santas

Casas do Estado do Paraná que se fazem presente na tribuna de honra.

É com muita alegria - e me sinto bastante honrada e emocionada porque hoje é um dia especial, e falo aqui também em nome da minha querida cidade de Maringá, a qual representamos nesta Casa de Leis, - vamos homenagear um homem, uma pessoa a quem devoto um carinho bastante especial, que dedicou e dedica a sua vida a salvar outras vidas, e também dedica a sua vida em momentos especiais e difíceis para poder promover o bem-estar, poder escutar, a paciência de ouvir, mas sem perder a espiritualidade, sem perder a maneira simples, humilde e alegre.

Eu falo desta pessoa querida que vamos homenagear na tarde de hoje, aprovado por unanimidade neste plenário, o Irmão Daniel, que está conosco.

Também a Lira que está aqui, como eu, irmã da irmandade da Santa Casa, somos sócias da irmandade, então também fazemos parte como voluntárias, muitas vezes. Quero saudar o nosso querido Jorge que aqui está, José Carlos, Diretor também da Santa Casa, e o nosso companheiro Jean Lucca Cantoni, que é o Presidente do COMITS, que é o Comitê dos Italianos, no exterior, e que nos honra também com a sua presença.

(**Lê**):

“Vamos homenagear então o Irmão Daniel, Diretor-Presidente da Santa Casa de Maringá. Nossas homenagens também para a Santa Casa, onde eu vivi o dia mais feliz da minha vida, com o nascimento da minha única filha, Maria Vitória, e que é o meu bem mais precioso, com o carinho da Irmã Calixta, que há 48 anos dedica sua vida à Santa Casa, onde nasceu meu marido, Ricardo Barros.

A Santa Casa de Maringá merece respeito em razão da competência técnica, do excelente quadro de profissionais e também do tratamento humano na acolhida aos doentes e familiares.

Paul Graf nasceu e foi batizado em 20 de dezembro de 1949, na Suíça. Em 1º de maio de 1968 entrou na Congregação dos Irmãos da Misericórdia de Maria Auxiliadora, em Luzern, Suíça. Até 1970 fez Teologia no Instituto das Congregações Masculinas em Colônia, na Alemanha. Fez os primeiros votos da Congregação em 08 de setembro de 1970. Em 1971 cursou Escola Profissionalizante para Enfermagem de Psiquiatria, em Zurich, na Suíça. De 1973 a 1976 cursou Enfermagem na Universidade Freiburg, na Alemanha. De 1977 a 1978, foi Enfermeiro-Chefe no Hospital dos Irmãos em Trier. Em 1979 fez especialização para professor de enfermagem e administração hospitalar, na Alemanha.

A ordenação diaconal aconteceu em outubro de 1979, na Catedral de Trier. Em 1980 foi professor da escola profissionalizante do Hospital dos Irmãos em Trier. Em 1980 foi nomeado Formador das Províncias da Língua Alemã na Congregação dos irmãos da Misericórdia de Maria Auxiliadora, em Trier. De 1984 a 1985 foi Vice-Postulador na causa da beatificação de Pedro Fried-

hofen. Em 1987 foi membro e secretário do Conselho Geral dos Irmãos da Misericórdia em Maria Auxiliadora. De 1990 a 1993 foi Superior e Diretor do Hospital dos Irmãos em Trier.

Em agosto de 1993, já no Brasil, foi nomeado Diretor-Presidente da Santa Casa de Misericórdia de Maringá.

Em 1994 foi nomeado Superior Regional e Formador da Região Brasileira.

Em setembro de 2004 o Irmão Daniel deixará o Brasil, retornando para a Casa-Mãe, em Trier. Deixa aqui, além de amizades, trabalho extraordinário reconhecido na comunidade.

Irmão Daniel fez história na Santa Casa, com cultura e sensibilidade. Sua atuação forte na administração do Hospital promoveu muitas mudanças, trazendo prosperidade.

Irmão Daniel criou o Plano de Saúde da Santa Casa, em 1995, cuja missão principal é gerar recursos para os serviços de filantropia. Em 2000, transformou a entidade na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Maringá, dividindo a responsabilidade de administração com a comunidade.

Durante o período em que esteve à frente da Região do Brasil dos Irmãos da Misericórdia de Maria Auxiliadora, fez crescer o nome do fundador da Congregação, Beato Pedro Friedhofen. Como formador e encarregado das novas vocações religiosas, trouxe para o Noviciado São Luiz Gonzaga um grande número de postulantes, noviços e irmãos professores.

Irmão Daniel nos deixa em busca de novos méritos, mas permanecerão entre nós suas obras e a glória de seu renome. Nas palavras de vida e ensinamento do fundador da Congregação dos Irmãos da Misericórdia de Maria Auxiliadora - "Tudo para a maior glória de Deus".

Receba, Irmão Daniel, a homenagem desta Assembléia Legislativa."

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Tenho a honra de convidar a Deputada Cida Borghetti e o Deputado Luiz Nishimori para procederem à entrega do diploma de honra ao Mérito ao Irmão Daniel.

(Entrega do diploma ao Irmão Daniel)

Tenho a honra de conceder a palavra ao nosso homenageado, Irmão Daniel.

O SR. IRMÃO DANIEL

Exmo. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Hermas Brandão; querida irmã, Deputada Cida Borghetti; demais Deputados; meus queridos amigos aqui presentes nesta homenagem.

Têm havido muitos momentos onde faltam palavras, em que não posso expressar como me sinto hon-

rado, assim como os suíços ficaram aqui em frente desta Casa Legislativa do Paraná. É uma grande honra.

Lembro-me de quando estava no terceiro ano do primeiro grau e fui também visitar a Casa Federal, na Suíça, e também sonhei de um dia ter a possibilidade de fazer o bem para o povo. Decidi ser religioso, e hoje, quando recebo esta grande homenagem, o faço consciente de que foi por ser irmão da Misericórdia, essa congregação que me encaminhou e fundou junto com cidadãos de Maringá a Santa Casa.

Quero aproveitar este grande momento para agradecer pelo reconhecimento do trabalho que conseguimos fazer na Santa Casa de Misericórdia de Maringá, junto com outros funcionários e trabalhadores, como já foi falado, tudo para maior glória de Deus.

Eu vou deixar o Brasil, mas nunca vou deixar o povo brasileiro, o Paraná e Maringá longe do meu coração, porque foram onze anos que marcaram a minha vida, muitas experiências boas e também pesadas, mas Jesus Cristo foi glorificado na cruz deste nosso caminho, tudo para maior glória de Deus.

De todo coração, a todos um grande agradecimento e que Deus abençoe esta grande Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Suspendo a Sessão por cinco minutos, para os cumprimentos ao Irmão Daniel.

(Suspensa a Sessão)

Reiniciando os trabalhos, passamos ao Horário das Lideranças.

Fará uso do Horário da Liderança do PSB, o Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje estou feliz e, ao mesmo tempo, estou triste.

Estou feliz em perceber que o Governo do Estado, no Decreto nº 3.403 - que já faz dois meses que foi redigido, porém só foi publicado há poucos dias - deixa explícito que a violência, a criminalidade e a insegurança maculam a dignidade da pessoa humana, sendo imprescindível manter a confiança da sociedade no Estado e nas suas instituições incumbidas em garantir a segurança pública.

E eu, desde o ano passado aqui nesta Assembléia, juntamente com os demais Deputados e inclusive os da minha Cidade de Foz do Iguaçu, Dobrandino e Chico Noroeste, estamos tentando fazer com que o Governo do Estado olhe com mais atenção para aquela que é a cidade de entrada do nosso País, e, infelizmente, essa crença no Estado, que é o responsável pela segurança pública, na nossa cidade, por parte da população, já há muito tempo vem se diluindo, pois vemos se apresentando para o Estado e para o Brasil um dos maiores índices de criminalidade, proporcionalmente o dobro de homicídios do

que a Cidade de São Paulo e três vezes mais do que a nossa Capital do Estado. E o Governo, neste decreto, deixa bem claro que há necessidade de incrementar a política de realização da segurança pública pela otimização dos recursos humanos, aprimorando-se a eficiência e a eficácia das operações policiais.

Pois bem! Certíssimo o Governo, porque realmente temos que otimizar o que temos de melhor na segurança pública, que são os recursos humanos, são os policiais. E na nossa cidade esses policiais já vêm se desdobrando, haja vista que há poucos dias, depois de meses de espera, a Secretaria de Estado da Segurança apresentou um demonstrativo - não precisa ser um grande matemático para perceber que neste exato momento, numa cidade de quase trezentos mil habitantes, fora a população flutuante, os turistas - que nós temos apenas vinte e sete homens fazendo o policiamento ostensivo da nossa cidade.

Então, ele sabe que é preciso otimizar os recursos humanos. Mas, infelizmente eu fiquei triste. Fiquei triste, juntamente com a comunidade de Foz do Iguaçu, em perceber que o Governo, que sabe que precisa aprimorar a eficiência e a eficácia das ações, está fazendo uma ação que mais me parece uma cortina de fumaça e que não vai reverter em nada para o índice de segurança da nossa cidade. Pelo contrário, vai desestimular o policial que hoje já se desdobra na nossa cidade.

O Governo, através desse decreto, está discriminando os policiais na Cidade de Foz do Iguaçu, não é da região de fronteira, é da Cidade de Foz do Iguaçu, porque a única cidade do Estado do Paraná que faz fronteira com o Paraguai e a Argentina é Foz do Iguaçu. E ele está dizendo, nesse decreto, que o tempo máximo de permanência no exercício do cargo público de policial militar, bombeiro - militar e policial civil, em todos os níveis e graus hierárquicos, em Foz do Iguaçu, - porque ele colocou na fronteira com o Paraguai e Argentina, mas é Foz do Iguaçu - será dois anos, sem a possibilidade de prorrogação.

Pois bem, até aí tudo bem, se fosse em um critério de lógica, de transferência, para trazer resultados a bem do serviço público, o que me deixa triste é que o Secretário de Segurança, quando foi demonstrar na imprensa a necessidade dessa medida por parte do Governo do Estado, deixou claro que era porque a maioria dos policiais tinham envolvimento com criminosos. Então, se temos uma dor de cabeça, vamos cortar o pescoço? Não é assim! Eu digo que a maioria dos policiais de Foz do Iguaçu, seja da Polícia Civil, ou Militar, ou do Corpo de Bombeiros, são pessoas de bem! Temos problemas? Temos, como tem em todo o Estado do Paraná. Entretanto, se o Governo não pode identificar quais são os policiais que estão envolvidos com criminosos, com quadrilhas, ele não pode jogar a corporação na vala comum!

E mais um apelo que eu faço Sr. Presidente, ao Presidente da Comissão de Segurança desta Casa, estou

pedindo agora e vou encaminhar oficialmente depois, inclusive vou pedir o apoio dos demais Deputados de Foz do Iguaçu, para que esta Casa tome uma medida em relação a essa inconstitucionalidade do decreto, porque nós temos uma lei complementar que trata da remoção de policiais. E a remoção somente ocorrerá em virtude de ofício e circunstância reconhecidamente urgenciada e na solução de problemas emergenciais das áreas policiais e administrativas. E tem uma lei que trata disso.

Não pode o Governo por decreto, criar uma lei de exceção em relação aos policiais de Foz do Iguaçu.

Concedo um aparte ao Deputado Chico Noroeste.

O Sr. Chico Noroeste

Deputado, eu gostaria de me somar ao seu pronunciamento. Vejo que é uma preocupação que no momento é muito importante V. Exa. trazer aqui para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, até porque eu não considero que essa medida seja fundamental por parte do Governo do Estado, que ainda na sua campanha prometia tornar a Cidade de Foz do Iguaçu a cidade mais segura, não do Paraná, mas do País, e o que nós estamos vendo é exatamente o contrário, Deputado Elio Rusch. Foz do Iguaçu está se tornando uma das cidades mais violentas do Paraná, cidade mais violenta do País. O número de homicídios, enquanto em São Paulo é em torno de 40 por 100 mil habitantes, Rio de Janeiro 45 por 100 mil habitantes, Foz do Iguaçu está passando de 100 por 100 mil habitantes!

Portanto, infelizmente, Foz do Iguaçu está recebendo essa pecha de uma das cidades mais violentas do país.

E nós queremos nos somar ao seu pronunciamento e dizer ao Governador do Estado do Paraná, o companheiro e colega Deputado Estadual Dobrandino, que tem uma afinidade muito estreita com o Governador, quero dizer à Liderança do Governo que estamos aqui na Assembléia Legislativa para somar forças e esforços no sentido de que esta promessa de campanha, e depois de eleito, uma proposta de Governo, se torne uma realidade e Foz do Iguaçu seja uma cidade segura e não insegura, como está ocorrendo atualmente.

Portanto, essa decisão do Governo do Estado de transferir os policiais, ou seja, permitir que fiquem apenas dois anos e depois transferi-los para outra cidade, torna o policial intranquilo, porque certamente os policiais têm um projeto de vida em Foz do Iguaçu, têm a sua família, os seus filhos, já estudam e, portanto, eu vejo que traz uma intranquilidade e peço que o Governador do Estado faça uma reflexão e possa dar um passo atrás com relação a esse decreto, com relação a essa ação que pretende adotar na nossa Cidade de Foz do Iguaçu.

O SR. RENI PEREIRA

Obrigado pelo aparte.

Só para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que assim como o Governo, a Cidade de Foz do

Iguaçu, os seus Deputados também se preocupam com a notoriedade dos riscos e danos psicológicos e físicos a que estão sujeitos os policiais, bem como os entes de sua família, especialmente aqueles que atuam em Foz do Iguaçu, e esses termos estão no decreto.

Por isso, faço um apelo ao Líder do Governo para que antes que esta medida - que eu tenho certeza que a Comissão de Segurança desta Casa vai adotar em relação à validade jurídica do decreto - sensibilize o Governador de que realmente o policial já está tendo um dano psicológico muito grande, e a sua família mais ainda, só de saber que a foice da transferência, principalmente o bom policial, que eu volto a falar, é a maioria na Cidade de Foz do Iguaçu e são pessoas que estão garantindo que os índices de insegurança e criminalidade não sejam ainda maiores, porque têm se desdobrado. Esse policial tem o filho na educação fundamental, e para que este risco e este dano não se agravem ainda mais, que o Líder do Governo faça um apelo ao Governo do Estado, para que repense. Nós não estamos aqui defendendo a transferência de nenhum mal policial, que está respondendo sindicância; o Governo tome as medidas que entender necessárias, que nós estaremos amparando.

O Sr. Elio Rusch

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Ouçõ atentamente o seu pronunciamento, Deputado Reni, e V. Exa., que vem na Assembléia Legislativa e desde os primeiros dias sempre trouxe consigo a preocupação da nossa região do Oeste do Paraná, não só de Foz do Iguaçu, mas de todos os Municípios lindeiros ao lado ou mesmo aqueles que se encontram às margens da BR-277.

Esse decreto que o Governador baixa dizendo que o policial não pode ficar mais que dois anos numa cidade, independentemente da sua graduação, seja soldado, sargento, oficial, a transferência seria praticamente automática. Acho que o Governo tem que rever a sua posição, porque além de criar todas estas questões que V. Exa. levanta na Tribuna, tem a questão familiar. Quantos policiais têm filhos pequenos, filhos em idade escolar no ensino fundamental, de primeira à oitava séries ou mesmo do ensino médio.

Como é que ficam estes alunos, como é que ficam estas crianças? Quer dizer, você estuda dois anos numa cidade, numa escola, dois anos noutra escola, mais dois anos em outra, passando o ensino fundamental, sem contar a creche e o tempo jardim da infância, como é que fica a educação dessas crianças? Isso tem que ser considerado também!

Espero que o Governador transfira os maus policiais, mas os bons não podem pagar pelos maus, nunca se deve nivelar por baixo! Vamos dar uma reavaliada nessa posição!

Quero parabenizá-lo por seu pronunciamento; sou solidário com V. Exa.

O SR. RENI PEREIRA

Obrigado pelo seu aparte e finalizando, Sr. Presidente, mau policial não precisa ser transferido; precisa ser demitido! Se o Governo pensa em tirar mau policial de Foz do Iguaçu e mandar para outro lugar do Paraná é uma incoerência, como é uma incoerência criar uma medida como essa, criando dificuldade, para lá, na frente, vender facilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário do PFL, concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quem não lembra aquela frase, Deputado Valdir Rossoni: “o pedágio baixa ou acaba”. Eu tenho uma nova frase: “quem com ferro fere, com ferro será ferido”.

O Governador ensinou o Movimento Sem-Terra a invadir praças de pedágio para tentar, através disso, pressionar as concessionárias do nosso Estado, e o MST aprendeu: invadiram duas propriedades rurais produtivas e a partir do momento que o Poder Judiciário deu reintegração de posse e o Governo do Estado sinalizou a possibilidade de fazer a desocupação, o que nós vimos? O MST foi lá, invadiu a praça de pedágio da Rodovia das Cataratas e deu certo, o Governador voltou atrás e não fez com que a determinação judicial viesse a ser cumprida. Então, repito: “quem com ferro fere, com ferro será ferido”. O MST aprendeu com o grande professor, Roberto Requião de Mello e Silva, o Governador do Estado do Paraná.

Mas o que me traz à tribuna no dia de hoje, Sr. Presidente, é com relação à atitude que tiveram, na Cidade de Ponta Grossa, representantes e assessores do Governador do Estado do Paraná, quando do momento do apoio que o Governador Requião levou ao Prefeito Péricles de Holleben Mello. Foi feita uma grande reunião num dos clubes da Cidade de Ponta Grossa e na frente estavam integrantes do Movimento Pró-Medicina que lá questionavam e mostravam ao Governador do Estado que a cidade ainda não esqueceu daquela atitude que o Governador tomou, tirando o curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Pasmem, Srs. Deputados, um dos assessores do Governador do Estado e também um dos petistas, que tem cargo em Comissão na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, minutos antes de o Governador chegar na cidade, foram fazer com que pessoas pacíficas que lá estavam e portavam faixas, meramente lembrando o curso de Medicina, fossem agredidas; entre elas a esposa do ex-Prefeito Oto Cunha, com uma das faixas, protestando pacificamente. Também a Maria Augusta Pereira Jorge estava lá no conjunto, com o grupo, no protesto e a Elisete Provisiano. Esses assessores, Sr. Presidente, tentaram tirar à força as faixas, elas resisti-

ram e eles foram para a agressão nas senhoras! Acabaram agredindo fisicamente essas três mulheres que lá estavam participando de um momento que lembraria ao Governador daquele ato que a Cidade de Ponta Grossa até hoje não aceitou!

Então, não é justo, aqueles que no passado tanto criticaram, aqueles que sempre souberam fazer o discurso de oposição e agora que chegaram ao poder, não aceitam que manifestantes levantem bandeiras em defesa de cidades, em defesa da população do Estado do Paraná!

Fico triste de ver representantes do Governador, representantes do Prefeito Péricles, agredindo integrantes do Movimento Pró-Medicina, na Cidade de Ponta Grossa! Mas, com certeza, Deputado Elio Rusch, a população de Ponta Grossa, nas urnas, vai dizer não para o Governador, vai dizer não para o candidato a Prefeito de Ponta Grossa, que está aí na reeleição do Partido dos Trabalhadores, no momento em que depositarem os votos e as urnas se abrirem, com certeza o não vai estar nas urnas para o candidato apoiado pelo Governador Roberto Requião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário da Liderança do PSDB, concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Chega a esta Casa um projeto do Governo, nº 288, pedindo para esta Casa autorizar a contratação temporária de funcionários, quando vemos manifestação do Tribunal de Contas. E somente o Governo sabe que esse projeto é inconstitucional.

Lembro como se fosse ontem, Deputado Elio Rusch, quando aqui foi discutida a criação do Paraná Educação para a contratação de professores temporários. Nós éramos Governo, e hoje, quem é Governo era Oposição. Transformou-se esse Plenário num campo de batalha. Todos os Deputados hoje do Governo falaram aqui, absurdos desta paraestatal para a contratação de professores, e agora, vem o Governo pedindo para contratar funcionários temporários! Vejamos, o absurdo!

Gostaria que os membros da CCJ observassem: qual é a questão emergencial que justifica a contratação temporária de funcionários? Ah! Tem que funcionar a TV Educativa! Ora, a TV Educativa já está funcionando há mais de um ano! Não deu tempo ainda de fazer concurso? Essa é a pergunta que se faz.

Parece que o Governo não atentou que eles já estão governando há um ano e oito meses, agora vem com um projeto para nós aqui autorizarmos contratação temporária! Vamos fazer de conta que esse projeto viesse aqui, mesmo inconstitucional, no início do Governo, e o Governo estivesse implantando uma forma nova de governar e quisesse criar a TV Educativa e outras questões de interesse do Estado.

Até se justificava, Deputado Dobrandino, mas depois de um ano e oito meses encaminhar a esta Casa um projeto dessa forma, além de inconstitucional é imoral, porque no serviço público hoje só se contrata por concurso!

Estaremos dando a este Governo, às vésperas das eleições, autorização para contratar centenas e centenas de funcionários sem concurso público! Quer dizer, nós vivemos num estado de exceção, tudo pode ser feito, só não precisa se cumprir a lei, porque a síndrome da honestidade faz com que eles achem que eles estão acima da lei, e é importante que nós, Parlamentares, atentemos para esta questão, porque governos passam! Fui Líder do Governo anterior. Sei quantos erros cometemos e muitas vezes subi a esta tribuna para defender questões que hoje vi, - refletindo com mais profundidade, - que fiz a defesa errada de determinados projetos.

Por isso, alerto os Deputados e Líder do Governo: não vamos cometer este equívoco, este absurdo, este estupro legislativo que estaremos cometendo nos próximos dias, porque senão, daqui a dois ou três anos, muda o Governo, vem outro, e o uso do cachimbo em demasia faz com que a boca fique torta. Amanhã ou depois estaremos aqui com um outro projeto de outro Governador, usando os mesmos argumentos, passando por cima da lei e aí nós não teremos mais argumentos para dizer não.

Eu acho que o Governo precisa de sustentação, e ele tem uma boa sustentação política. Tem a grande maioria dos Deputados. Estamos na Oposição em sete ou oito Deputados. Agora, usar desse artifício, eu não acredito que isto esteja acontecendo no Governo Requião, no Governo que tinha um discurso totalmente diferente há dois anos atrás e hoje incorre no mesmo erro, comete este absurdo, e certamente, com a maioria aqui na Casa, não teremos poder de convencimento dos Parlamentares, o que seria o momento oportuno para que esta Casa Legislativa pudesse se afirmar como Poder e dizer: “Não”. Ora, o Tribunal de Contas está dizendo “Não”! Qualquer jurista vai nos dar um parecer que é inconstitucional! Não é comprovação da emergência! O Governo está aí há quase dois anos. Estamos no meio do Governo e agora vamos contratar funcionários em estado de emergência? Qual é a calamidade pública que aconteceu no Estado do Paraná? Eu poderia citá-las aqui, e eu fiz um discurso na semana anterior, as 60 mil empresas que se instalaram no Paraná, as estradas que não existem mais, o pedágio que não baixou, o leite para todas as crianças pobres, a “luz fraterna” que eu determino de luz madrastra, porque atende uma família em uma rua, tão pobre quanto a outra que mora do outro lado da rua e não é atendida. Isso sim é que é calamidade! Aí sim, precisaria um projeto do Governo para corrigir essas distorções.

Apelo aos Srs. Parlamentares para que nós possamos dar aqui uma demonstração do Legislativo, que só é forte nesses momentos, não se curvar perante uma

medida como essa. Até chega a ser arbitrária para não dizer absurda.

Meu caro Stica, V. Exa. como líder do Governo, sabe que o tempo passa, o tempo voa. Os Governos passam, os Governos mudam...

O SR. NATÁLIO STICA

O tempo passa e já passaram nove minutos e gostaria de alterar à mesa, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

É que hoje estamos sendo mais democráticos em relação ao tempo e tivemos essa posição com Reni, porque não tivemos o Pequeno Expediente, mas V. Exa. terá os dez minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu sei, Deputado Stica, com todo o respeito que tenho por V. Exa., que é difícil ouvir a verdade e ter que ouvir de que logo há dois anos atrás eram totalmente contrários, mas eu gostaria que V. Exa. aproveitasse o seu tempo e justificasse a mim e aos brasileiros, dois fatos que nos deixam - não sei a palavra a ser colocada - mas, como é que se justifica, neste Brasil, que o Presidente do Banco Central e o Presidente do Banco do Brasil mandam para fora do Brasil dinheiro, dólares? Dólares, através de doleiros, os homens que são guardiões da moeda brasileira! E de repente, o que me assusta nisto é que alguns órgãos de imprensa transformam isto como uma atitude legal! Estão querendo prejudicar o Brasil, no momento em que denunciam o Presidente do Banco Central e o Presidente do Banco do Brasil!

Quero aproveitar para dizer aos brasileiros, neste momento, não é mais crime, não precisa mais justificar, a Polícia Federal não precisa mais invadir a Caixa Econômica, porque mandar dinheiro para fora do Brasil, frio, através de doleiros, não é mais crime! Agora, quem fala que isto é um erro, que isto tem que ser responsabilizado, estas pessoas estão prejudicando o Brasil. Estão, na verdade, dizendo aos brasileiros: manda dinheiro para fora, não justifique de onde veio, porque agora é legal, porque se os Presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, duas pessoas que comandam duas instituições das mais importantes deste País não têm que provar essas irregularidades, nenhum brasileiro, mais, precisa provar!

Era isto o que eu tinha a falar.

Espero que o Líder do Governo, quanto ao Projeto 288, tome uma posição em favor desta Casa, porque contratação temporária...

Quero só ouvir a justificativa. Talvez V. Exa., pela competência e capacidade que tem, de repente me convence e eu possa mudar de opinião, subir a esta tribuna e me curvar aos seus argumentos.

Era isto, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro, quero tranquilizar o Deputado Valdir Rossoni, Líder das Oposições, que aproveita de uma Mensagem do Governador para tentar fazer um carnaval aqui na Assembléia.

Esse projeto das contratações temporárias visa regulamentar uma situação que já é inclusive lei federal, e apenas e tão somente deixar o Estado do Paraná preparado para, no caso de uma emergência, o Governo tem condições de fazer contratações.

Vejamos o que diz a Mensagem, ou parte dela, pelo menos:

(Lê):

“Em caso de comprovada necessidade, contar com pessoal para laborar em trabalho temporário para solução de situações emergenciais, tais como situações de calamidade pública, surtos epidêmicos, necessidades inadiáveis do ensino, saúde, atendimento de safras agrícolas, conservação da malha rodoviária, além de outras situações consideradas de urgência e de gravidade.”

Ora! Vamos imaginar uma situação que o Estado do Paraná herdou do seu Governo, Deputado Rossoni, que não cuidou da Saúde Pública no nosso Estado, e vamos imaginar que tenha aqui a volta do cólera, por exemplo, um surto de cólera no nosso Estado, e precisa uma ação imediata de contratação de pessoas para fazer o primeiro tratamento de combate, agentes de saúde. Como é que o Governo pode, se não tem um quadro próprio disponível para atacar uma situação emergencial? Esse projeto dá condição ao Governo do Estado, de imediato fazer a convocação de quinhentos, mil, quantos agentes forem necessários e de imediato colocar no Estado do Paraná inteiro para acabar com esse surto de cólera, que é o exemplo que dei aqui. Poderia dar tantos outros exemplos.

Portanto, não tem objeto desse projeto fazer contratações, apadrinhamentos, que é coisa do passado neste Governo, mas deixar apenas e tão somente o Estado do Paraná preparado e com condições que, em qualquer situação emergencial, o nosso povo não fique refém de um Estado falido como estava até o Governador assumir.

Aprovado esse projeto, ficará o povo do Paraná numa condição de segurança e o Governo numa condição de tranquilidade para acabar com qualquer emergência que venha ocorrer. Não tivemos, graças a Deus, furacões, a não ser um ameaço dias atrás de um ciclone chamado “Catarina”, que felizmente não pegou o nosso Estado. Mas, se passar pelo nosso Estado, como é que vamos resolver a situação com os quadros que temos? Podemos fazer as contratações emergenciais.

Por isso o nome “temporária”, porque ela pode se dar do primeiro minuto até o término do serviço que volta a restabelecer a ordem e a tranquilidade para o povo do Paraná.

O Sr. Tadeu Veneri

Eu até acredito que quando o senhor faz esse esclarecimento é necessário, porque esse projeto vem amanhã para a CCJ. E nós tivemos oportunidade de ver esse projeto, algumas preocupações que obviamente não vão na mesma direção do Deputado Rossoni, quando ele diz por exemplo, que poderão ser contratados em regime de urgência professores do Ensino Superior. E não sei que tipo de emergência é essa. Na área de Segurança nós temos uma emergência hoje clara, visível e óbvia, não sei se caberia essa contratação, assim como também nas rodovias, estão num estado difícil algumas delas, e se a contratação seria feita dessa forma.

Acho que é preciso, para que possamos ter a tranquilidade de analisar o projeto amanhã na CCJ. Que ele tenha toda a possibilidade de esclarecimento, para que quando vier para cá, não gere uma polêmica e um certo desconforto, porque o senhor sabe, nós sempre defendemos isso e a contratação no Estado tem desde a Constituição de 88, embora haja algumas aberturas posteriores, ela tem como primeiro princípio a contratação pelo concurso público.

Então espero que tenhamos bastante tempo para fazer esse projeto e para fazer o seu debate, inclusive. Eu já antecipo até que pretendo solicitar vistas a esse projeto, até para poder lê-lo e posteriormente votá-lo com bastante tranquilidade.

O SR. NATÁLIO STICA

Agradeço, Deputado Tadeu, mas situações emergenciais não dá para enumerar, nós não sabemos dizer se são dez, são vinte, são cinquenta. Situações emergenciais podem ocorrer a qualquer momento, em qualquer situação.

O Sr. Marcos Isfer

É só porque questões emergenciais acontecem em qualquer Governo; não apenas neste.

O SR. NATÁLIO STICA

Este se preocupou em regulamentar, já que o outro não, e por isso deixamos o Estado do jeito em que está.

Quero ler aqui, Deputado Marcos Isfer, a Constituição Federal, no seu artigo 37, parágrafo 9º: “a lei estabelecerá em caso de contratação por tempo determinado para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público”.

Então, já está aqui, é lei federal. Nós precisamos apenas regulamentar no Estado do Paraná para que, em qualquer situação de emergência, o Estado possa agir de imediato para não deixar a nossa população numa situação complicada!

Não sei o que apavora alguns Deputados, não sei qual é o medo que têm de ter a condição de, no momento de excepcional emergência, fazer essas contratações, já que o próprio nome diz temporárias.

E o outro projeto, preocupação também do Deputado Valdir Rossoni, que engloba como se fosse do

mesmo, falando da TV Educativa. Na TV Educativa, Deputado Valdir Rossoni, são vinte e dois cargos que é a proposta de criação. Está aqui: “ficam criados na Rádio e Televisão Educativa do Paraná os seguintes cargos de provimento em Comissão, quatro cargos de Diretor, símbolo DAS-2; sete cargos de Coordenador de Projetos de Produção de Televisão e Rádio, símbolo DAS-3; oito cargos de Assessor, símbolo DAS-4; e três cargos de Gerente, símbolo 1-C”. Portanto, 22 cargos em comissão para resolver o problema da Rádio e Televisão.

O outro projeto não entra no projeto temporário, ninguém vai ser contratado temporariamente para a Televisão Educativa, estão aqui os 22 cargos que vão ser criados.

Portanto, queria deixar aqui a tranquilidade aos Srs. Deputados e dizer que esses dois projetos que estão sendo encaminhados à Comissão de Justiça para serem analisados, para ver a sua constitucionalidade, depois disso vamos à votação, porque é uma situação de apenas regulamentar o que pode num futuro vir a ajudar a população do Estado do Paraná.

Para encerrar, a pergunta do Deputado Valdir Rossoni quanto aos dólares. Primeiro, quero dizer que sou Líder do Governo Requião nesta Casa, embora defenda a equipe do Governo Lula que é o meu Presidente, mas não tenho confirmação de remessa nenhuma.

Agora, pode ser que neste Governo tenha alguns elementos que tiveram escola com os membros do seu Governo aqui no Paraná, que a própria CPI do Banestado está averiguando, e que fizeram parte, quem sabe, daquela CC-5, e aprenderam como é que se manda dólares para o exterior.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

PMDB.

(Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 025/2004, de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando que o Governo do Estado deverá, com urgência, utilizar todos os recursos ecológicos para controlar e eliminar uma praga ambiental que está ocorrendo no litoral paranaense: a proliferação do caramujo africano *Achatina Fulica*. À Comissão de Saúde Pública.

Expediente subscrito pelo Deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome do Deputado Durval Amaral, para compor como titular a CEI para investigar e apurar denúncias de irregularidades praticadas pelas OSCIPs e ONGs no Paraná. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Deputado Ademar Traiano, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o seu nome para compor como titular a CEI para investigar e apurar denúncias de irregularidades praticadas pelas OSCIPs e ONGs no Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Marcos Isfer, na qualidade de Líder do PPS, constante do expediente, indicando o seu nome para compor como titular a CEI para investigar e apurar denúncias de irregularidades praticadas pelas OSCIPs e ONGs no Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Antonio Anibelli, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Deputados Delegado Bradock e seu próprio nome para comporem, como titulares, e na suplência os nomes dos Deputados Ademir Bier e Alexandre Curi, para comporem a Comissão Especial de Investigação para investigar as OSCIPs e ONGs. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 1379, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando licença sem vencimentos (para o trato de assuntos particulares) para fins de disputa da Prefeitura Municipal de Curitiba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 723/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que dispõe sobre a proibição da interrupção no fornecimento de energia elétrica aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná nas datas que especifica e normatiza a suspensão nas seguintes condições. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ E COPTC.

Como existe uma Emenda de Plenário, nós encerramos a discussão e encaminhamos à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 010/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que proíbe a fabricação e o comércio de armas de brinquedo no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o Substitutivo. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que define diretrizes para uma política de prevenção e atenção integral à saúde da pessoa portadora de diabetes. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2 DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Waldemar Allegretti. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/2004, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de Utilidade Pública o Movimento Nacional em Defesa das Crianças Desaparecidas, com sede e foro na Cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2004, de 18/05/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 186/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Felipe Lucas, declara de Utilidade Pública o Movimento Nacional em Defesa das Crianças Desaparecidas, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/2004, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Guamiranga, com sede no Município de Guamiranga e foro no Município de Imbituva. PARE-

CER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2004, de 18/05/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 194/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guamiranga, com sede no Município de Guamiranga e foro no Município de Imbituva.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 241/2004, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Cascatinha, com sede no Município de Palmas. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 053/2004, de 24/06/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 241/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Cascatinha, com sede e foro no Município de Palmas.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 243/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação “Grupo Viva Vida” Terceira Idade de Jacarezinho, com sede e foro na Cidade de Jacarezinho. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2004, de 16/06/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 243/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, declara de Utilidade Pública a Associação Grupo Viva Vida Terceira Idade de Jacarezinho, com sede e foro na Cidade de Jacarezinho.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1320 e 1341, de autoria do Deputado Tadeu Veneri de Sessão anterior, constantes do expediente **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1358-A, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1359 e 1360, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1361, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1364, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1367 a 1369, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1370, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1375, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1378, de autoria do Deputados Valdir Rossoni e Alexandre Curi, constante do expediente **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 010/2004;

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 186, 194, 241 e 243/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 107, 223, 244, 247, 249, 253 e 255/2004.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de agosto do ano dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Sr. Deputado Tadeu Veneri, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Cida Borghetti, Nelson Tureck e Barbosa Neto. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de

Lei nº 073/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo. Relator: Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 117/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Relator: Deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 172/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Relator: Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 178/2004, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 22/2004, de autoria da Deputada Elza Correia. Relator: Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

Solange Mann - Secretária